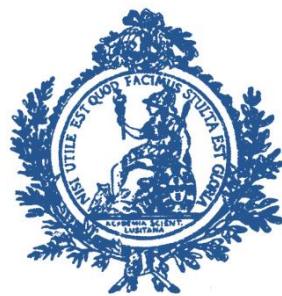


Adriano Moreira

O NOVO PLURALISMO DAS SOCIEDADES CIVIS E DOS MODELOS POLÍTICOS



ACADEMIA DAS CIÊNCIAS DE LISBOA

CLASSE DE LETRAS

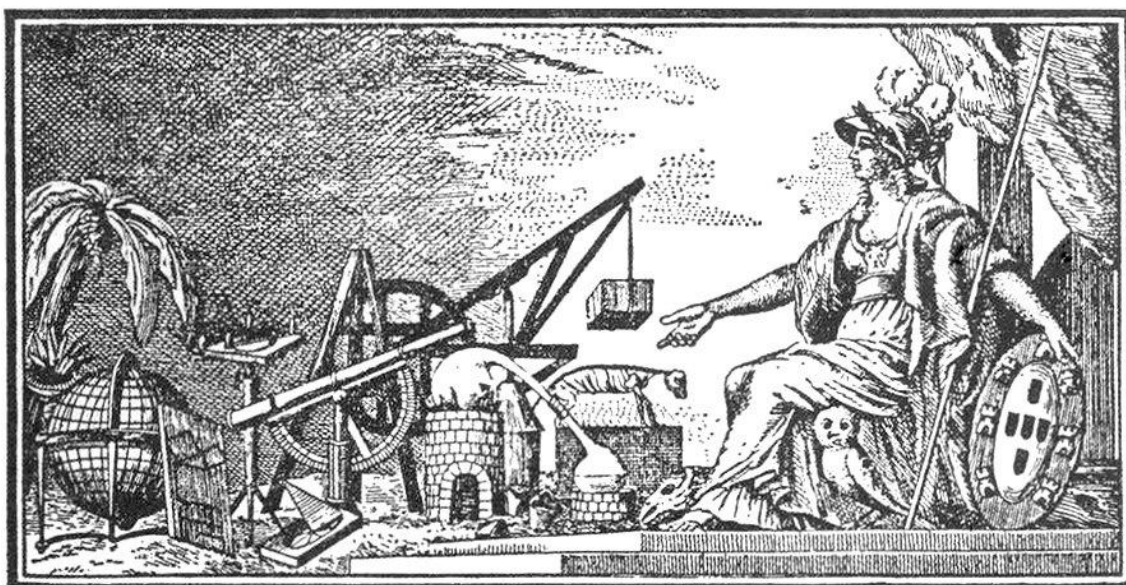
Adriano Moreira

O NOVO PLURALISMO DAS SOCIEDADES CIVIS E DOS MODELOS POLÍTICOS



ACADEMIA DAS CIÊNCIAS DE LISBOA

CLASSE DE LETRAS



O NOVO PLURALISMO DAS SOCIEDADES CIVIS E DOS MODELOS POLÍTICOS

ADRIANO MOREIRA

1 - Entre as múltiplas inovações que tornaram imprevisível a evolução do globalismo, porque os conceitos operacionais que persistem foram organizados para uma realidade que morre e renasce diferente em cada dia, a questão das *fronteiras*, geográficas, económicas, culturais, estratégicas, étnicas, é uma das mais desafiantes.

Ainda, nesta data de incerteza e complexidade que caracteriza a entrada no terceiro milénio, os textos mais autorizados, que acompanham a evolução do mundo, organizam a sua temática identificando, antes de mais, as áreas pela definição de fronteiras geográficas: a África e a comunidade internacional, a

América Latina e a sua relação com os EUA, Próximo e Médio Oriente, e, com naturalidade, identificando Estados, em que mais distinguem os poderes emergentes, China, União Indiana, Brasil, Rússia, e assim por diante.¹

A intervenção de todas as áreas culturais do mundo, pela primeira vez na história da Humanidade, de regra com a população organizada em Estados do modelo clássico, é sem dúvida um *novo pluralismo* em relação à época que terminou com a guerra de 1939-1945, em que os *ocidentais* detinham a *hegemonia* da governança mundial, e os outros eram genericamente tratados como a *cera mole*, a qual seria moldada da forma ocidentalizada. De tal modo que, embora a ONU tenha o mérito indiscutível de ser o único lugar do mundo onde todos falam com todos, também é o espelho da anarquia em que o mundo da competição global, económica, financeira, cultural, e militar, se encontra, registando o agravamento constante do passivo da desordem, talvez a razão pela qual Droz-Vincent se dedicou ao estudo das *Vertiges de la Puissance*, e da falência dos *think tanks* americanos, desde a Russel Sage Foundation (1907), da Brookings (1916), até às mais recentes Heritage Foundation, o Cato Institute, ou o Progressive Policy Institute.²

Por isso Droz-Vincent recorda Hannan Arendt, quando analisou métodos que transformam a realidade em problemas, alinham a definição de uma série de possibilidades susceptíveis de serem calculadas, ou de factos que se tornam realidades contingentes, procedem à apresentação de uma certa imagem gerível politicamente (mas desarticulada da realidade) – métodos “que caracterizam bem a produção *policy-oriented* produzida pelos *think tanks* e a sua interacção com o aparelho de decisão”.

2 – No confronto da memória daquilo que foi politicamente o *Euromundo*, na sua relação hegemónica com o *resto do mundo*, com a realidade actual que se vai desvendando, as nossas ultrapassadas conceptualizações de *fronteiras de áreas* vão *cedendo* ao reconhecimento de um novo *pluralismo*, frequentemente em busca de *regionalizações integradoras* para enfrentar a urgência de reorganizar o futuro.

¹ George Friedman, *The next 100 years*, 2009, traduzido e editado em português, *Os próximos 100 anos*, Dom Quixote, Lisboa, 2010, coloca o acento tónico, do arriscado exercício na *balança de poderes*, cuja unidade é o *poder político* com identidade geográfica e projecção transfronteiriça dos interesses a defender.

² Ph. Droz-Vincent, *Vertiges de la Puissance. Le moment américain au Moyen –Orient*, La Découverte, Paris, 2007. Ph. Droz-Vincent, *Faillite des think tanks américains?*, In *l'État du Monde*, La Découverte, Paris, 2009, pg. 69 e segts.

Apenas de exemplo, recorde-se que recentemente Mia Couto, também convidado para membro das nossas Academias, escritor moçambicano do maior relevo, congratulava-se, em intervenção feita no Brasil, pelo facto de a África estar a existir da “*maneira mais real*”, fugindo à “*maneira de não ser vista*”, que era a imagem “folclorizada e estereotipada” anterior ao movimento da descolonização, deixando ainda o comentário de que está “condenado a ser um escritor de língua portuguesa”, uma afirmação a reter.

Isto porque, como recentemente escrevi, embora angustiantes desastres actuais apelem à convergência de governos e povos da Terra comum, é todavia frequente que sejam sublinhados, como avisos, a desintegração da URSS, da Jugoslávia, da Checoslováquia, a crescente agitação a respeito da unidade da Bélgica, a evolução do regionalismo em Espanha, a questão das identidades do Reino Unido, concluindo que “o globalismo anárquico em que vivemos não produziu uniformidade, mas um impulso para o retorno a valores não seculares”.

Trata-se, enfim, de uma querela inquietante entre “a unidade de governança que o globalismo requer, e os particularismos que o desespero agrava”.³

3 – Sobre os factores que servem a convergência, e não o regresso aos particularismos que o desespero agrava, talvez haja concordância suficiente para dar apoio e relevo à participação no mesmo paradigma cultural, usando o conceito no sentido de Kung, e no que eu próprio lhe dei quando organizei os Congressos das Comunidades de Cultura Portuguesa (1964-1966) sob a invocação de – *A maneira portuguesa de estar no mundo*.

Este travejamento de uma unidade de *culturas transnacionais*, que as religiões invocam – cristãos, muçulmanos, judeus, hinduístas, budistas – é identificador de realidades humanas ligadas por valores, tradições, história, de outra natureza, que não excluem necessariamente valores religiosos, mas respondem a uma constatação de referências mais terrenas.

No que respeita ao plano em que se situa a *condenação a ser um escritor de língua portuguesa*, que referimos, talvez o círculo por sua vez mais abrangente seja o de *Ocidente*, que parece igualmente em crise de identificação.

³ Adriano Moreira, *A tormenta inacabada*, in Diário de Notícias, Lisboa, 31 de Agosto de 2010.

Para além das definições que corresponderam a identifições ideológicas para confrontos militares, designadamente durante a segunda Guerra Mundial de 1939-1945, e no meio século de guerra fria, a pergunta sobre a abrangência do Ocidente foi lançada designadamente por Georges Corn, Claude-Gilbert Dubois, Philippe Nemo, ultrapassando aquelas certezas do eurocentrismo da organização política dos séculos XVIII e XIX, e que foram abaladas a partir de Maio de 1991, com o desaparecimento do inimigo soviético.⁴

Este meio século de submissão à exigência estratégica da guerra fria, e à liderança do consenso dos aliados pelos EUA, levou o Presidente Clinton (1993-2001) a interrogar a opinião mundial, depois da dissolução da URSS, sobre quais seriam os elos de solidariedade definidora dos ocidentais: a economia? a cultura? a história? a política? a geografia?, não lhe parecendo evidente a identificação do choque das civilizações de Huntington.

Uma visão de polemologia para o século XXI, influenciada por aquelas interrogações, parece conduzir à conclusão de que o Ocidente não existe territorialmente, e tal parece ter sido a linha dominante do pensamento neoconservador e maniqueísta do republicanismo de Bush para quem “o império do mal” (ataque muçulmano) era o novo inimigo, face ao qual *todos os aliados formavam o que poderia abusivamente chamar-se o novo Ocidente*. O que permitiu a John C. Hulsman, da *Heritage Foundation*, concluir: “depois de cinquenta anos, é tempo de encarar a realidade de frente: a União Europeia simplesmente não é pró-americana, nem mais ligada à Aliança Transatlântica do que no início desta”.⁵ A grave querela do confronto entre americanismo e europeísmo, que se iniciou, não facilitou a consciência da unidade.

Uma visão mais distante desta memória das exigências estratégicas de meio século de angústia, agravada pelos desastres dos EUA no Iraque, e pela humilhante destruição das Torres Gémeas, apontam porém para a exigência de um “back to basics”, designadamente pela voz do Presidente Nicolas Sarkozy, antes da sua fase mundana: “A França sabe quem são os seus aliados e quem

⁴ Olivier Lajec, *Réinventions stratégiques de “l’Occident” (1949-2009)*, in *Le Grand Tournant?*, L’État du Monde, La Découvert, Paris, 2010, pg. 50. Georges Corn, *L’Europe et le mythe de l’Occident*, La Découvert, Paris, 2009. George Friedman, *Os próximos 100anos, Uma previsão para o Século XXI*, Dom Quixote, Lisboa, 2010, pg. 193, que prevê para 2040 que os EUA serão a sede da resistência ocidental, ou, mais resumidamente, a questão será a da relação dos EUA com o resto do mundo.

⁵ John C. Hulsman, *La réalité de la faiblesse européenne*, Woodrow Wilson International Center for Scholars in Washington DC, 19 de Dezembro de 2002, in Zajec, cit., pg. 54. Robert Kagan, *La puissance et la faiblesse*, Hachette, Paris, 2006, para a tese dos EUA vinculados a Marte e a Europa a Vénus.

são os seus amigos: nossos amigos e nossos aliados é em primeiro lugar a família ocidental. As condições de independência são, em primeiro lugar, saber onde está a família”.

Esta orientação, corresponde à capacidade de distinguir entre as *fronteiras mentais* do Ocidente que dominou o mundo até à segunda guerra mundial expandindo o seu *paradigma* (Japão, Taiwan, Hong-Kong, Macau, Singapura, etc.), e a *base territorial* desse paradigma, em que, por exemplo Philippe Nemo, abrange a Europa Ocidental, a Escandinávia, o mundo germânico, as ilhas britânicas, e os seus derivados que são o continente americano, os territórios australiano e neo-zelandês.⁶

Sujeito a todas as dúvidas e críticas, e sabendo que a identidade cultural não é definida a *benefício de inventário*, parece indicado articular, sem confundir, o *conceito de polemologia* que dominou o unilateralismo norte-americano, e o *conceito cultural* que aponta para um paradigma que faz parte do património imaterial da Humanidade. Os impérios nascem, mas a repartição de valores pelas fronteiras do domínio perdido permanecem: foi assim com o paradigma marcado pelas heranças romana, grega, judaica, cristã, foi assim com o paradigma marcado pelo Corão, pelo Budismo, pelo Hinduísmo. Recolhendo palavras alheias, diremos que em qualquer momento que estas palavras sejam ditas, milhares de pessoas rezam nas capelas, milhares rezam virados para Meca, milhares procuram a purificação no Ganges, e assim por diante. O paradigma ocidental inscreve-se no património imaterial mundial, sem benefício do inventário, com o direito internacional, os direitos humanos, o Estado e a legitimidade do poder, a democracia, o culto da ciência e da técnica, o desenvolvimento humano sustentado, e finalmente a paz.

Desaparecendo o Império Euromundista, do passivo desse paradigma ocidental consta a imagem de os ocidentais terem sido considerados, pelo resto do mundo, os grandes agressores dos tempos modernos, como antecipou Toynbee. Foi a esta questão que responderam as teorias do *fim da história* e do *conflito das civilizações*, a primeira rapidamente desmentida pela *polemologia*, a segunda animando ainda conflitos armados, e sobretudo dinamizando o *debate mundial sobre as migrações*.⁷

⁶ Nicolas Sarkozy, *La France, la defense européenne et l'OTAN au XXI siècle*, discurso na Fondation pour la recherche stratégique, Paris, 11 de Março de 2009. Philippe Nemo, *Qu'est que l'Ocident?* PUF, Paris, 2004.

⁷ Catherine Wihtol de Wenden, *L'immigration en débat(s)*, in *L'État du Monde*, 2010, cit., pg. 176 e sgts. Recorda os trabalhos de B. Badie, E. Decaux, G. Devin, C. Wihtol de Weenden, *Pour un*

Foi neste ponto que a revisitação do lusotropicalismo e da obra de Gilberto Freyre retomou actualidade, designadamente pela presença da longa acção colonial nas emergências que estruturam o legado ocidental.

O facto é que a livre circulação da União Europeia, que transformou as fronteiras geográficas em apontamentos administrativos, mas sobretudo as migrações determinadas pelas carências na geografia da fome, que nesta data tende para abranger regiões europeias, pelos conflitos internos e destruidores em vários países do sul pobre, e pelas imagens enganadoras da afluência e consumismo dos países do norte, implicaram uma transformação rapidíssima da composição das suas sociedades civis, tendentes secularmente para o modelo nacional, porque nelas cresceram *multidões*, avultando os muçulmanos, sem política de integração estruturada, sem defesas jurídicas contra os abusos do mercado sem regulação suficiente, e já com manifestações alarmantes de violência, que contribuem para a quebra do valor da *confiança*, sem o qual a antidemocracia cresce.

Recentemente, o nosso ilustríssimo confrade Fernando Henrique Cardoso, o mesmo que proclamou o ano 2000 como o Ano de Gilberto, proferiu uma notável conferência na Flip 2010 sobre a obra do desaparecido mestre. E lembrando que foram os sociólogos paulistas, em que se inclui ao lado de Florestan Fernandes, os maiores críticos de Gilberto, não esconde que “cada vez que volto à obra de Gilberto Freyre se repete o deslumbramento de descobrir factos novos em seus escritos e de me deixar encantar pelo modo como ele envolve o leitor e quase o convence de suas teses, mesmo quando está navegando por mares cheios de escolhos e apontando para portos que não parecem os mais seguros”. Não resistindo todavia a afastar-se da crítica científica, quando encontra inspiração conservadora e compromissos autoritários em Gilberto.⁸

Mais rigoroso na entrevista à *Folha de S. Paulo*, afirma: “as poucas vezes que escrevi sobre Gilberto Freyre tratei de qualificá-lo melhor (*nunca foi apenas um ensaísta*), reconhecendo seu pioneirismo em muitos campos, sem deixar de reconhecer o lado menos consistente de algumas das suas interpretações”, referindo-se sobretudo ao facto de “ter adocicado o que teria sido o tratamento dos negros” (Estado de S. Paulo), mas mantendo: “ele era um apologista da

autre regard sur l'émigration, Le Découvert, Paris, 2008, e C. Weber, *Nouvelle Europe, nouvelles migrations*, Le Félin, Paris, 2007.

⁸ In *O Estado de S. Paulo*, 6 de Agosto de 2010.

miscigenação e em suas análises sobre a contribuição dos brancos, negros e indígenas para a formação do Brasil, insiste em que os portugueses já tinham seu sangue misturado com o sangue negro e berbere”.⁹

Para não alongar estes comentários, insisto em que Gilberto não ignorava o passivo de acção colonial, de responsabilidade directa dos europeus que povoaram o Brasil em execução de um projecto imperial, tal como aconteceu no norte do continente americano: mas o que ele procurou sublinhar, compreender, e tornar visível, foram as *emergências finais* de um processo que não se escreve a preto e branco, mas inclui o Brasil na esperança ocidental, de um paradigma globalista, que necessariamente terá valores da maneira portuguesa de estar no mundo.

O novo pluralismo das sociedades ocidentais, sobretudo europeias, não tem o enquadramento de um *modelo imperial*, mas tem o enquadramento recente de um modelo de mercado submetido ao relativismo que tende para dominante, que conduziu ao desastre em que as finanças e a economia se encontram: a segurança humana, a dignidade expressa na Declaração Universal dos Direitos do Homem, também não permitem adocicar a condição dessas multidões, não inspiram tranquilidade quanto à reacção, nem preservação da *confiança* sem a qual a democracia enfraquece. Mas circulam já, por esta sociedade de comunidades, vocações, e multidões, alguns conceitos de Gilberto no que diz respeito às emergências desejadas de sociedades civis integradas e pacíficas, com assimilação, missigenação, integração, igual dignidade das minorias, e assim por diante. Por isso, a passagem escolhida por *O Estado de S. Paulo*, para encimar a conferência de Fernando Henriques Cardoso – *Por que a obra de Freyre é para sempre*, não omite o que nela é criticável, mas destaca a contribuição para a *esperança* de que os novos pluralismos, que nos desafiam e amarguram, possam ser encaminhados para *emergências* que repitam o trajecto brasileiro.

(Comunicação apresentada na Sessão Conjunta da ACL com a Academia Brasileira de Letras na sessão de 28 de Setembro de 2010)

⁹ In *Folha de S. Paulo*, 2 de Julho de 2010